

do seu trabalho foi inferindo sugerindo que para além da evidente fractura entre "os saberes e conteúdos veiculados pela escola e as aptidões e conhecimentos adquiridos no meio familiar", é também na "regularidade e intensidade da participação laboral" que podemos encontrar razões subjacentes aos curtos percursos escolares ou aos fenómenos de abandono, desistência e falta de aproveitamento escolar.

Para concluir deixaríamos duas notas. Ao revelar de forma minuciosa o conjunto de processos e práticas sociais e culturais que envolvem o trabalho infantil em meio rural, a autora contribui para a produção de uma representação plural da noção de criança revelando a diversidade de caracteres sociais e pessoais que a constituem (o género, a idade, a pertença familiar, a posição na fratria...). Do

mesmo passo, às crianças é-lhes reconhecido o estatuto de actores sociais - com evidentes repercussões nas opções metodológicas da autora - evidente na importância que é conferida aos modos como aquelas interpretam, traduzem e transformam subjectivamente as suas experiências de vida. Por fim, concordando com a autora, resta-nos afirmar a necessidade de colocar a problemática do trabalho das crianças em meio rural no âmbito da discussão dos processos e políticas de desenvolvimento local, onde a associação de questões como a qualidade de vida, a erosão do mundo rural e a transformação da escola e da sua relação com as comunidades pode conduzir a um modo integrado de pensar e de agir face à questão do trabalho infantil.

JOÃO CARAMELO

VILARINHO, M.^a E., *Políticas de Educação Pré-escolar em Portugal (1977-1997)*, 2000. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 267 páginas.

A proposta de recensar uma obra cujo título (e temática) a circunscreve a um *tempo* e um *espaço* bem definidos, pareceu-me, à partida, um desafio não muito difícil de realizar, uma vez que foi nesta década que vivi grande parte da minha experiência profissional, enquanto Educadora de Infância. Pensei, por isso, ter o caminho facilitado e também pela cumplicidade que julguei "existir" entre a argumentação da autora (que também foi Educadora de Infância) e eu própria. Porém ao mergulhar na leitura (exaustiva), que desejei ser reflexiva, dei-me conta da complexidade desta tarefa e da dificuldade de a levar a cabo, dado

que, em cada momento, me senti "empurrada" para um conjunto de reflexões, sempre matizadas por sentidos subjectivos, experienciais, afectivos, profissionais...

É nesta encruzilhada de incontornáveis emoções, de preocupações mais de ordem pessoal/profissional do que propriamente de ordem científica, que me deixo levar e que teço e organizo a minha análise sobre este livro. Gostaria que, mais do que uma recensão, este texto fosse entendido como um comentário modesto a uma obra cujo título, em meu entender, não sugere a complexidade e a amplitude da mesma.

Este é um livro que nos fala da criança, da infância e de políticas educativas para Educação Pré-Escolar. A autora, tendo como objectivo geral "compreender o processo de construção da Educação Pré-Escolar pública em Portugal através da análise crítica da produção do discurso oficial, produzido entre 1977 e 1997" (p. 16), estrutura o livro em duas partes nucleares.

Na primeira parte procura traçar o percurso da emergência da criança como objecto pedagógico e a difusão da educação pré-escolar. Neste processo: i) dá conta dos diferentes discursos que, ao longo dos tempos, vão consubstanciando e construindo o conceito e concepções de infância: *discursos filosófico, filantrópico-moralista, médico, económico; psicopedagógico* (pp. 21-38) e que contribuíram para uma certa unificação do conceito de infância (pp. 39-40); ii) equaciona o papel do Estado nos processos de socialização infantil (pp. 41-44); iii) procura elucidar a evolução do discurso pedagógico e a institucionalização da educação das crianças (pp. 45-51) e faz iv) uma abordagem da redefinição da função social e a procura da especificidade educativa. Centra-se, a seguir, na realidade portuguesa com a intenção de: a) identificar a influência dos discursos produzidos acerca da infância e a emergência da infância como categoria e problema social na sociedade portuguesa no início do século (pp. 55-71); b) desocultar o processo de implementação de políticas relativas à educação das crianças; c) situar o surgimento da Educação Pré-Escolar em Portugal (pp. 87-105).

Na segunda parte, que sustenta e legitima o título da obra, a autora situa o trabalho empírico, os objectivos e as opções metodológicas,

e apresenta os resultados da investigação e as conclusões.

Trata-se, pois, de um estudo que se estrutura em torno de duas problemáticas de fundo, no qual, citando a autora, se procura, simultaneamente, "compreender as determinantes sociais, culturais, económicas e políticas que influenciaram a definição social da infância e o processo de institucionalização e desenvolvimento da Educação Pré-Escolar" (p. 181). Este trabalho, situado nestas duas dimensões, sugere-nos, assim, dois tipos de leitura: uma leitura de nível macro, com ênfase no papel do Estado na definição das políticas educativas para a Educação Pré-Escolar e uma leitura mais de nível micro, que toma como referência os modelos pedagógicos que têm caracterizado as práticas das/os Educadoras/es de Infância.

A leitura de nível macro, está, efectivamente, relacionada com a institucionalização da educação de infância e com o papel do Estado na definição das políticas educativas sobre este nível de formação. A este respeito, este livro é uma referência assinalável enquanto contributo fundamental para a compreensão e percepção do papel do Estado na implementação de medidas legislativas que regulamentam a Educação Pré-escolar. A este nível, e apesar de a obra se situar, do ponto de vista do trabalho empírico, no espaço temporal de 1977-1997, a autora fornece-nos dados que remontam aos finais do século XIX e dá-nos conta do movimento oscilatório que caracteriza as políticas educativas preconizadas para este nível de formação, identificando, desde então e até ao ano de 1977, quatro períodos. O primeiro período situa-se entre a transição do século XIX e 1933, fase que, segundo a autora, coincide com a emergência de "visíveis movi-

mentos pedagógicos que contribuíram para clarificar a natureza da criança e da sua educação, nomeadamente, da educação pré-escolar procurando realçar a sua especificidade educativa" (p. 184). No segundo período, entre 1933 e 1960, (Estado Novo), "assiste-se a uma redefinição das políticas para a infância, centrando-se estas em torno de preocupações assistenciais, e observa-se o triunfo da ideologia da maternidade" (ibidem). O terceiro período, entre 1960 e 1973, constitui a época de "transição para a democracia" no qual a autora identifica o surgimento da criação de serviços para a 1.ª infância, tutelados pelo Ministério da Saúde e da Assistência, constituídos, em regra, pelas valências 'creche' e 'jardim infantil' e que assumiam funções de guarda e de assistência. A reforma de Veiga Simão, com a lei n.º 5/73, marca um momento de viragem neste período, reintegrando a educação pré-escolar no sistema educativo, facto que se repercutiu na criação (a título experimental) das duas primeiras escolas públicas de formação de educadores de infância - Viana do Castelo e Coimbra. O quarto período, que vai desde 1974 a 1977, é marcado por fortes influências dos movimentos populares que contribuíram decisivamente para a afirmação da institucionalização deste sector educativo e que, através de associações locais recreativas e culturais, tomaram iniciativas de criação de instituições de educação pré-escolar.

Situada no período de 1977-1997, período em que inscreve o seu trabalho empírico, a autora procura - a partir de uma análise do discurso oficial acerca da educação pré-escolar pública e da sua relação com os contextos políticos em que foi produzido - realçar o papel que tem tido o Estado no desenvolvimento deste

nível educativo, identificando três fases determinantes na publicação de legislação: a fase de criação, normalização e expansão da educação pré-escolar (1977/1986); a fase de retracção (1986/1995) e a fase de revitalização (1995/97).

É na primeira fase que se publica a lei n.º 5/77 que criou o sistema público e gratuito de educação pré-escolar, definindo a quem se destinava este nível de formação (crianças dos 3 aos 5/6 anos) e que veio distinguir as instituições com funções de guarda e de prestação de cuidados, das instituições educativas. As primeiras, designadas de creches, destinavam-se às crianças até aos 3 anos e eram tuteladas pelo Ministério dos Assuntos Sociais. Nesta fase, o Estado assume um papel de "promotor directo da educação pré-escolar, procurando promover a concretização da democratização do ensino" (pp. 185-186) ao mesmo tempo que institui um conjunto de medidas legislativas de clarificação e de regulamentação do sector pré-escolar, de que é exemplo, a Lei n.º 542/79, que cria os Estatutos dos Jardins de Infância.

A fase de retracção corresponde a um período marcado por preocupações da modernização do país e pelas exigências do sistema económico e produtivo, que levam a que se sofra uma grande retracção ao nível das políticas de desenvolvimento da rede pública de jardins de infância. Em pleno contexto da Reforma Educativa, a política de expansão da educação pré-escolar, não passou de mera retórica. Para a autora, assiste-se, nesta fase a uma "prática discursiva que progressivamente legitima a redefinição do papel do Estado de Promotor a Mobilizador e Regulador" (p. 186) em que este não se incumbe a si próprio a total responsabili-

dade de assegurar a existência de uma rede pública de educação pré-escolar. Nesta fase, em termos de produção legislativa, apenas se publicou o decreto-lei n.º 173/95 que "definiu o 'regime de atribuição pelo Ministério da Educação, de apoios financeiros à criação e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar' incentivando a iniciativa privada e as autarquias à celebração de contratos-programa" (pp. 186-187). Este tipo de medida não só não "garantiu o direito das crianças a uma educação pré-escolar pública e gratuita, como pôs em causa os princípios da democratização do ensino e da igualdade de oportunidades educativas" (p. 187). Relembra-se que é neste contexto que emergem grande número de jardins de infância autárquicos. Porém, com a publicação da LBSE, a educação pré-escolar ganha maior expressividade e especificidade ao ser considerada uma modalidade não escolar do sistema educativo.

A fase de *revitalização* coincide com a entrada do partido Socialista no governo e é decorrente da "Paixão" que este assume para com a Educação. Neste curto período publicaram-se um conjunto de normativos, que vão desde as "portarias da criação de 791 salas de jardins de infância que estavam congeladas desde 1988" (p. 187) até à publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar. O Estado aposta numa orientação política que se inscreve no quadro do 'Estado-Regulador, do Estado-Garantia', isto é, o Estado "não se assume como Promotor mas assiste-se a uma forte intervenção daquele no desenvolvimento e funcionamento dos estabelecimentos pré-escolares, nomeadamente através da assunção da tutela pedagógica pelo Ministério da Educação e dos novos mecanismos de avaliação e

supervisão legitimada pela defesa da qualidade dos serviços" (p. 188). A autora chama, aqui, à atenção para o facto de neste período se assistir a uma pressão por parte do "lobbie" da rede privada e da solidariedade social na alteração do conteúdo da lei n.º 44/VII para a Lei-Quadro, nomeadamente, no que se refere ao princípio da gratuidade em que a manutenção da exclusividade daquele princípio "à rede pública e a extensão dos seus horários, poderia influenciar fortemente a procura dos serviços pelas suas instituições" (ibidem).

Como podemos constatar, estamos perante uma obra que permite, em última instância, perceber a tensão em que, ainda hoje, se encontra a Educação Pré-Escolar, tensão essa que, em nossa opinião, é resultante do facto de este nível de formação estar "entalado" entre a função de desenvolver uma acção assente, por um lado, numa "concepção de educação complementar à família, que incorpora uma perspectiva socializadora e de desenvolvimento da criança" (p. 189) e, por outro, numa concepção de educação pré-escolar, decorrente da publicação da Lei-Quadro da educação Pré-Escolar que a consigna como primeira etapa da educação básica.

A este respeito, o livro fornece-nos um conjunto de indicadores que nos permitem compreender este quadro. É, pois, aqui que situamos a leitura de nível micro. A análise que a autora faz, na primeira parte do livro - relativa à *influência dos discursos produzidos acerca da infância e a emergência da infância como categoria e problema social na sociedade portuguesa* - ao elucidar e desocultar modelos de educação de infância que, em nossa opinião, são caracterizadores de muitas das práticas actuais (ditas pedagógicas) das/os educadoras/es de infância dos sistemas público e pri-

vado, permite-nos uma grelha de leitura e de compreensão da situação actual deste nível de educação, no sistema educativo em geral, e do(s) papel(éis) que têm sido atribuídos aos educadores de infância. Na verdade, se questionarmos as/os educadoras/es de infância (nas quais me incluo) ou, aliás, se observarmos "um dia no Jardim de infância" percebemos que as actividades, as atitudes, a linguagem e as rotinas instituídas se inscrevem num modelo, de certo modo atípico, que é simultaneamente assistencial e de protecção, de guarda e educativo.

Teremos, nós educadoras/es, consciência disto?

Quantas/os de nós sabe caracterizar e/ou definir o modelo pedagógico que (en)forma as suas práticas?

Quantas de nós afirmam trabalhar segundo um modelo pedagógico que privilegia a formação integral e global das crianças quando, na verdade, as suas práticas são mais de "guarda" e/ou de protecção ou, então, são muito próximas de um modelo escolarizado?

Estas não são questões marginais à problemática da institucionalização da educação pré-escolar, antes, pelo contrário, são questões que, do nosso ponto de vista, têm contribuído para a afirmação de uma cultura profissional que é matriciada por tensões profissionais e pedagógicas entre os educadores de infância e que acabam, também, por afectar a imagem social deste nível de formação e a dos próprios educadores de infância. De facto, estes profissionais de educação foram-se afirmando (e continuam a afirmar-se) socialmente através de práticas pedagógicas e de experiências de trabalho muito diversificadas (conforme a escola de formação que frequentaram e o próprio con-

texto em que trabalham - instituição pública e/ou privada) que vão, simultaneamente, legitimando diferentes modelos pedagógicos. E é esta diversificação de modelos, que caracterizam as práticas dos educadores de infância, que fazem com que, ao nível da representação social, estes profissionais sejam entendidos, ainda hoje, como "amas", como alguém que "toma conta de crianças", como educadoras e/ou, até, como professores. E as/os educadoras/es, de uma maneira geral, parecem conviver (bem) com esta ambiguidade profissional assumindo (talvez inconscientemente) esta heterogeneidade de papéis de uma forma "natural", sem problematizarem os factores e as razões sociopolítico-educativas que têm contribuído para a ausência de uma identidade profissional neste sector educativo.

Esta obra, tem, em meu entender, o mérito de reunir um conjunto de informações e de elementos que apoiam a reconstrução da "história" da Educação Pré-Escolar em Portugal e que, não só, permitem justificar e compreender a diversidade de modelos pedagógicos que continuam a imperar nos Jardins de Infância (ou Infantários) deste país e que mostram, claramente, tratar-se de "resquícios" dos discursos sobre a infância: *filosófico, filantrópico-moralista, médico e psicopedagógico*, de que nos fala a autora, como, também, permitem problematizar outras questões que, parecendo periféricas à problemática em estudo, são centrais na construção da(s) identidade(s) profissional(ais) dos educadores de infância.

É, por isso, uma obra que deve ser lida por todas/os as/os educadoras/es de infância e por elas/es problematizada.

PRECIOSA FERNANDES